


11. MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, PARA UTILIZAÇÃO E GESTÃO DA PISCINA MUNICIPAL DAS PARRETAS:

Submete à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para a utilização e gestão da Piscina Municipal das Parretas pelo período de um ano.



Tendo em consideração o sucesso verificado no ano transato na gestão da Piscina Municipal das Parretas, durante a época balnear de verão, propõe-se a aprovação da minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe para a utilização e gestão da Piscina Municipal das Parretas por o período de um ano.

Braga, 27 de maio de 2019

A technical superior,


(Dra. Rosa Canário)

$A \sim b \text{ Euler.}$

19.55.28



seconds

28/05/19

Map



MINUTA

Contrato Interadministrativo de delegação de competências na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe para a utilização e gestão da Piscina Municipal das Parretas

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de S. João do Souto, de Braga, com domicílio profissional nos paços do concelho sítio na Praça Município desta cidade, intervindo em representação do MUNICIPIO DE BRAGA na qualidade de Presidente da respectiva Câmara Municipal, pessoa colectiva de direito público n.º 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICIPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: Francisco Manuel Pereira Silva, residente em Braga, em representação da UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, pessoa colectiva n.º 510 839 118, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**.

Considerando que:

A concretização da delegação de competências cisa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituando pelo art.º 118º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 setembro;

- 1- O MUNICIPIO, por força do disposto na alínea f) do n.º2 do artigo 23.º da referida lei n.º75/2013, dispõe de atribuições no domínio dos tempos livre e desporto, equipamento urbano, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de gestão de instalações e de equipamentos, integrados no património do município, conforme estabelecido na alínea e) do n.º1 do artigo 33 do mesmo diploma legal;
- 2- Da conjugação do disposto no artigo n.º2 do artigo 117 com o artigo 131º, ambos do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 3- De acordo com os estudos promovidos pelo MUNICIPIO esta competência fica melhor acautelada se delegada nas freguesias, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

- 4- Que a concretização da delegação das competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135.º da referida lei n.º75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação de contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º121 do mesmo diploma legal;
- 5- Por força do disposto na alínea 1) do n.º1 do artigo 33º da referida lei n.º75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º1, do artigo 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe o presente contrato de delegação de competências
- 6- Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da referida Lei n.º75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de _____, sob proposta da Câmara Municipal aprovada _____ e pela Assembleia de União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe em sessão de _____, sob proposta da respectiva União de Juntas de Freguesia aprovada em reunião de _____ de 2019.

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente contrato tem por objecto a delegação de competências na **FREGUESIA** para a utilização e gestão da denominada **PISCINA MUNICIPAL DAS PARRETAS** situada nesta cidade de Braga.

Cláusula 2.ª

Taxas e outras receitas

A **FREGUESIA** fica obrigada a aplicar as taxas de utilização anualmente fixadas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

Cláusula 3.ª

Obrigações

1 — A **FREGUESIA** compromete-se a gerir e manter a piscina, infraestruturas e todos os equipamentos em boas condições, salvo as deteriorações decorrentes do seu normal uso.

2 — No final da vigência do contrato da piscina, infraestruturas e todos os equipamentos em boas condições de utilização.

Cláusula 4.ª

Recursos financeiros

Não são afetos recursos financeiros à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

Cláusula 5.ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

Cláusula 6.ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

Cláusula 7.ª

Execução e avaliação do contrato

A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma continua, pelo **MUNICIPIO** que, para o efeito, poderá realizar reuniões conjuntas e periódicas com a **FREGUESIA**, podendo solicitar todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do presente contrato.

Cláusula 8.ª

Ocorrências de emergência

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICIPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afecte ou possa afectar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 9.ª

Verificação do cumprimento do objecto do contrato

1 — O **MUNICIPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documento que julgue necessários.

2 — As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correcção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 10.ª

Modificação do contrato

1 — O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objecto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.-

2 — A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 11

Suspensão do Contrato

1 — A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimentos do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização dos meios ou bens necessários à execução;
- b) Por razões de relevante interesse publico devidamente fundamentadas.

2 — Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º3 do artigo 115.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 12

Resolução pelas partes outorgantes

1 — Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse publico devidamente fundamentado;

2 — Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º3 do artigo 115 da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro.

Cláusula 13

Revogação

1 - As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 — A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 14

Comunicação e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, Através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura, para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura e com a duração de um ano.

Cláusula 16

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da internet do município de Braga.

Cláusula 17

Disposições legais aplicáveis

1 — Na execução do presente contrato de delegações de competências, observar-se-ão:

- a) O respectivo clausulado e o estabelecido no Anexo I;
- b) A lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;

2 — Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O código do procedimento administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e Junta da **Freguesia**;

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ____ de ____ de ____ 2019 pelo Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Direta em ____ de ____ de 2019.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga,

O Presidente da Câmara de Braga

O Presidente da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe
